

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS: AS EVIDÊNCIAS DA PROVA BRASIL 2013

Bruna de Figueiredo Caldeira¹; Maria Teresa Gonzaga Alves²

¹Universidade Federal de Minas Gerais (brunafcaldeira@gmail.com) / ²Universidade Federal de Minas Gerais (mtga@ufmg.br)

Resumo: A garantia de padrões de qualidade de ensino destacada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 suscitou pesquisas e discussões em busca da definição de qualidade da educação. Os debates tornaram-se mais recorrentes a partir da implantação de políticas de avaliação nacional do ensino, como forma de obter um diagnóstico do aprendizado dos alunos na Educação Básica no Brasil. A utilização das avaliações em larga escala suscitou a produção de pesquisas de investigação dos processos associados ao aprendizado, em que este ocorre em um ambiente no qual existem muitos atores envolvidos, com diversas atribuições. Este artigo é derivado da monografia apresentada ao final do curso de Pedagogia da UFMG e está inserido no campo das discussões de processos associados ao aprendizado, especificamente, as relações entre a gestão escolar e o desempenho. Os gestores escolares vêm assumindo um papel protagonista na melhoria da qualidade do ensino, atribuindo responsabilidades como as de articulação, planejamento, monitoramento e avaliação do ensino. A concepção de gestão democrático-participativa é, atualmente, uma demanda instituída em legislações educacionais e tem sido muito discutida na literatura como uma das formas de alcançar os padrões de qualidade do ensino. Portanto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a associação entre itens de gestão democrática e o desempenho dos alunos do 5º ano do ensino fundamental na Prova Brasil 2013. A Prova Brasil consiste em uma avaliação censitária das escolas públicas, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Foram feitas análises descritivas a partir dos questionários contextuais respondidos pelos diretores e alunos, associando variáveis desses questionários às proficiências em Matemática e Língua Portuguesa dos alunos do 5º ano das escolas públicas brasileiras. Os resultados encontrados por meio das análises descritivas corroboram com a literatura na área sobre a importância de práticas de gestão participativas associadas ao desempenho dos alunos, uma vez que as médias em Matemática e Língua Portuguesa dos alunos do 5º ano das escolas públicas brasileiras foram maiores para práticas de gestão com tendências mais participativas.

Palavras-chave: gestão democrática, aprendizagem, Prova Brasil.

Introdução

A garantia de padrões de qualidade de ensino destacada no artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 suscitou a produção de pesquisas e discussões em busca da mensuração desses padrões. Os debates tornaram-se recorrentes a partir da implantação de políticas de avaliação nacional do ensino, como forma de obter um diagnóstico do aprendizado dos alunos na educação básica no Brasil. Nas duas últimas décadas, as medidas de aprendizado obtidas pelas avaliações em larga escala foram incorporadas ao indicador de qualidade educacional.

Os testes padronizados nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) foram implantados e conduzidos, em meados de 1990, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O

Saeb é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana)¹. Essas avaliações contêm, além de testes padronizados sobre o desempenho dos estudantes, questionários contextuais sobre as características dos alunos, das escolas, dos professores e da direção que podem ser relacionadas ao aprendizado. Os dados disponibilizados a partir das avaliações em larga escala são, portanto, fundamentais para a constatação das desigualdades existentes no Brasil que ainda não foram superadas.

O sistema de avaliação tem permitido a ampliação das pesquisas sobre efeito escola no Brasil. Essas pesquisas investigam o “quanto um dado estabelecimento escolar, pelas suas políticas e práticas internas, acrescenta ao aprendizado do aluno” (BROOKE; SOARES, 2008, p.10). Esses trabalhos contribuem também para a investigação da relação dos atores na escola com o desempenho dos estudantes.

As pesquisas brasileiras e internacionais (idem, 2008) destacam como fatores associados à eficácia escolar, principalmente, as variáveis relacionadas ao contexto social, econômico e familiar do aluno. Controlados esses fatores socioeconômicos também se destacam outras variáveis associadas ao desempenho, organizadas em cinco categorias: “a) recursos escolares; b) organização e gestão da escola; c) clima acadêmico; d) formação e salário docente; e) ênfase pedagógica” (ALVES; FRANCO; 2008, p. 494). Portanto, esse artigo está inserido no campo desses debates sobre fatores associados ao desempenho e apresenta como foco de pesquisa a categoria de organização e gestão da escola.

A importância da liderança do diretor é destacada na literatura sobre gestão (PARO, 2010; LIBÂNEO, 2001; LIMA, 1995; LUCK, 1998) e também na literatura sobre escolas eficazes (ALVES; FRANCO, 2008; SOARES; TEIXEIRA, 2006; ANDRADE; LAROS, 2007). Cabe ao diretor escolar ter “uma visão de conjunto e uma atuação que apreende a escola nos seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, culturais” (LIBÂNEO, 2001, p. 89). As escolas necessitam de dirigentes que liderem esses processos para que sejam bem coordenadas e administradas em todos os seus aspectos. Portanto, o estudo do fator de liderança administrativa é de suma importância para compreender o sucesso da escola.

As pesquisas apontam que em escolas eficazes os gestores estão profundamente envolvidos com os aspectos pedagógicos e administrativos, exercem forte liderança, garantem a participação da equipe de professores e da comunidade escolar nos processos de gestão, promovem um ambiente com expectativas de aprendizado positivas e monitoram com

¹ Informações sobre o Saeb podem ser obtidas no site do INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>) – Consultado em agosto de 2017.

frequência os resultados de desempenho dos alunos. As ações dos diretores afetam as práticas dos professores, o comportamento dos alunos, a participação das famílias na trajetória, exercendo forte influência na cultura escolar e no aprendizado dos discentes.

No estudo realizado para a UNESCO sobre exclusão escolar (ALVES; XAVIER; SOARES et al, 2015), os autores buscaram produzir fatores associados ao aprendizado dos alunos, entre os quais, foi produzido o fator de Gestão Participativa que sintetiza práticas participativas de gestão nas escolas públicas brasileiras. As evidências obtidas pelos autores apontam para o relacionamento positivo entre o fator de Gestão Participativa e o desempenho dos alunos.

Os estudos internacionais e nacionais apontam a organização e gestão da escola como um dos fatores que explicam a proficiência dos alunos nos testes. Assim, “uma gestão participativa, uma autonomia adequada e um bom diretor podem fazer uma diferença importante” (CASSASSUS, 2007, p. 99).

Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a associação entre itens de gestão democrática e o desempenho em Matemática e Língua Portuguesa dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental na Prova Brasil 2013. Desse modo, este artigo contribui para a discussão dos fatores associados ao aprendizado dos alunos e para os debates sobre a implantação da gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

A gestão democrática pode ser compreendida neste trabalho “como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola [...]” (SOUZA, 2009, p. 125).

A reformulação da Constituição Federal em 1988 trouxe de modo inédito em seu artigo 206, inciso VI, o princípio de gestão democrática do ensino público, suscitando tipos de relações mais democráticas entre os atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e, atribuindo novas demandas para a gestão escolar (ADRIÃO; CAMARGO, 2001).

Em seu artigo 3º, a LDB, fundamenta e amplia a gestão democrática como um dos princípios que servirão de base para o ensino, sendo reconhecida nesta lei e em legislações dos sistemas escolares. De acordo com os artigos 12 e 13 da LDB, é de incumbência dos estabelecimentos de ensino e do corpo docente elaborar a proposta pedagógica, promover a recuperação de aprendizagem de alunos de baixo rendimento, articular-se com as famílias e com a comunidade e informar aos pais sobre a frequência e rendimento dos alunos. Os graus de autonomia administrativo e pedagógico da escola passam,

portanto, a serem defendidos como meios de promoção da gestão democrática.

A lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), apresenta em sua meta 19, a efetivação da gestão democrática por meio de estratégias para estimular o desenvolvimento de associação de pais e mestres, de conselhos escolares, assim como os grêmios estudantis, como forma de participação dos diversos atores na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e, também, participação nos processos de tomadas de decisões.

Alguns instrumentos para a concretização da direção democrático-participativa podem ser norteadores para o exercício da participação na escola. Entre eles destacam-se a forma de provimento ao cargo de direção escolar, a construção do projeto político-pedagógico, a composição e frequência do Conselho Escolar e do Conselho de Classe. Esses instrumentos serão destacados a seguir, por se tratarem de elementos utilizados para as análises descritivas deste artigo.

De acordo com Paro (2003) três tipos principais de modalidades de escolha do gestor podem ser destacados: por nomeação, quando os diretores são indicados por autoridades do Estado; por concurso, em que a escolha se dá por um plano de carreira baseado em títulos ou provas; por eleição, na qual é feita pela vontade da comunidade escolar por meio do voto em determinado diretor. Atualmente, percebe-se a mistura de modalidades de escolha e os trabalhos na literatura têm apresentado tendências mais ou menos democráticas de provimento ao cargo de direção escolar.

Atualmente, a prática de nomeação de diretores escolares sem outros requisitos que não sejam a vontade de quem indica é, ainda, praticada no Brasil, e não se manifesta de modo homogêneo nos estados e municípios (PARO, 2003). A indicação é uma modalidade de escolha que não favorece as atuais tendências de concepção democrática, pois os objetivos comuns da comunidade escolar podem não ser contemplados, e as relações entre as pessoas podem não ser harmônicas.

A modalidade de escolha por meio de concurso público baseia-se na adoção de critérios técnicos para a função estabelecida. Este tipo de provimento vem em resposta à indicação e tem suscitado os debates sobre os méritos pessoais e tratamento igualitário aos candidatos. Neste sentido, esse tipo de modalidade é um avanço em relação à nomeação, porém não retrata, em sua totalidade, uma escolha democrática, pois a comunidade escolar ainda não tem o direito de participar do processo de escolha.

Já modalidade de eleição como um instrumento de democracia tem sido amplamente defendida, por permitir a participação da comunidade escolar no processo de escolha ao cargo de dirigente escolar. Essa demanda fundamenta-se na necessidade de democratização das instituições sociais, principalmente, a instituição escolar. Porém, a eleição de modo isolada não garante formas de democracia no interior da escola, mas é um instrumento que apresenta diversos elementos favoráveis à gestão democrática.

Outro importante instrumento de concepção democrático-participativa é o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola. O PPP é um documento que contém o planejamento de ações e objetivos, o currículo, a estrutura organizacional do estabelecimento, as relações de trabalho, o processo de tomada de decisão e as formas de avaliação.

Como documento que orienta as práticas pedagógicas e a própria organização da escola, espera-se que seja um projeto elaborado de modo participativo entre todos os membros da comunidade escolar e que passe pela relativa autonomia da escola. Parte-se do pressuposto que as escolas vivenciem a proposta em todos os momentos e que todas as pessoas estejam envolvidas nesse processo. Por estas razões, o PPP é um importante instrumento da concepção democrático-participativa.

O Conselho Escolar é um instrumento de gestão democrática com atribuições consultivas, deliberativas e fiscais para o cumprimento dos objetivos comuns das escolas e composição proporcional da comunidade escolar. Como espaço formativo e facilitador da participação dos atores envolvidos na aprendizagem, este instrumento tem sido frequentemente discutido em trabalhos científicos como um elemento para a consolidação da gestão democrática.

O Conselho de Classe também é um órgão colegiado de gestão didático-pedagógica que possibilita o monitoramento e avaliação do aprendizado, assim como a proposição de ações visando à melhoria da qualidade do ensino na escola. Os membros que compõem o Conselho de Classe são majoritariamente do corpo docente, pois estão diretamente envolvidos com as séries e com os alunos. Além dos professores, a coordenação e a direção também compõem o Conselho de Classe.

O conteúdo e a frequência de reuniões dos Conselhos são fundamentais como instrumento para a qualidade do ensino, uma vez que reflexões sobre as práticas pedagógicas são feitas nestes espaços. A melhora da qualidade do ensino e a maior participação da comunidade na escola não se resumem apenas ao Conselho de Classe. Contudo, as ações

deliberadas neste órgão são parte dos instrumentos que contribuem para o exercício da democracia em instâncias locais.

Metodologia

Foram utilizados os dados dos questionários respondidos pelos diretores e professores das escolas públicas, que participaram da Prova Brasil 2013, além do banco de dados contendo a proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º ano do ensino fundamental e o questionário contextual respondido por eles. Os bancos de dados mencionados estão disponibilizados no portal virtual do INEP como base para as pesquisas e estudos em educação. A Prova Brasil é censitária envolvendo os alunos do 5º ano e do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras com mais de 20 alunos matriculados nas séries avaliadas.

Neste trabalho, foram feitas análises descritivas dos dados dos questionários respondidos pelos diretores e professores, das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º ano. Os dados analisados incluem 54.746 diretores, 2.476.260 professores e 2.028.348 alunos das escolas públicas de todas as unidades da federação, participantes da Prova Brasil 2013.

Para as análises descritivas das características dos diretores foram utilizadas as variáveis sexo, faixa-etária, cor/raça e nível de escolaridade. E para analisar os itens respondidos sobre gestão, utilizou-se das seguintes variáveis: formas de provimento ao cargo de direção, frequência de reunião do conselho escolar, composição do conselho escolar, frequência de reunião do conselho de classe e elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

As variáveis utilizadas, referentes ao aluno, foram: sexo, cor/raça, atraso escolar, grupos de Nível Socioeconômico (NSE) e as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática, sendo apresenta em uma escala de 0 a 500 pontos. Foram feitas associações com essas variáveis, uma vez que a literatura sociológica aponta como fatores de forte influência para o aprendizado dos alunos. A variável de NSE utilizada para esta pesquisa foi obtida das evidências empíricas de Alves, Soares e Xavier (2014). O NSE é um indicador produzido pelos pesquisadores que organiza os indivíduos em estratos sociais (idem, 2014, p. 672). Neste trabalho, o NSE, originalmente numa escala contínua de 0 a 100, foi dividido em terços da distribuição percentil dos valores originais (tercis).

Em seguida foi analisada a relação entre a proficiência dos alunos e o fator relacionado às práticas de gestão nas escolas. O fator Gestão Participativa

sintetiza em uma variável um conjunto de itens dos questionários contextuais da Prova Brasil respondidos pelos diretores. O fator de Gestão foi produzido em um estudo encomendado pela UNESCO (ALVES; XAVIER; SOARES et al, 2015), utilizando-se a técnica estatística multivariada, especificamente por meio da Teoria da Resposta ao Item (TRI), em que o objetivo principal é a obtenção de medidas de construtos latentes (fatores).

O fator Gestão Participativa se refere aos processos participativos envolvendo os diretores, professores, alunos, funcionários e comunidade escolar. A partir do fator foi possível a elaboração de tabelas cruzadas comparando as médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º ano.

A utilização do fator associado às médias de proficiências também foi feita tendo em vista as variáveis cor/raça, sexo, NSE, atraso escolar, importantes fatores explicativos do desempenho dos alunos.

Resultados e discussão

As análises descritivas mostraram que a maioria dos diretores entrou nas escolas por meio de indicação (45%), ou seja, pela forma menos democrática. A associação das médias de proficiência com as formas de provimento mostraram que em relação à Língua Portuguesa, a menor média (184,72 pontos) está relacionada ao processo de indicação. Em Matemática observou-se a mesma relação entre as formas de provimento.

Em relação ao Conselho Escolar, 12% responderam que a escola não possui Conselho, enquanto 63% realizaram três vezes ou mais. A associação das proficiências em Língua Portuguesa indicou que a média associada à inexistência do Conselho é de 186,40 pontos, enquanto para a maior frequência é de 195,09 pontos (diferença de 8,69 pontos). Para Matemática observaram-se os mesmos padrões. As análises das médias de desempenho em Língua Portuguesa segundo a elaboração do Projeto Pedagógico mostraram que a menor média (170,39 pontos) está associada às escolas nas quais o diretor relata a inexistência de Projeto.

A análise descritiva sobre o fator Gestão Participativa e as médias das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática está apresentada na tabela 1. As variáveis que englobam o fator se referem aos processos participativos envolvendo os diretores, professores, alunos, funcionários e a comunidade escolar. Para as análises descritivas, o fator foi dividido em quartis, em que foi observada a distribuição das médias das proficiências pelos quartis.

Conforme a tabela 1, sobre o fator Gestão Participativa, nota-se que as médias em Língua Portuguesa e Matemática são menores para o 1º quartil do fator, enquanto para o 4º quartil são as maiores médias. Ou seja, quanto menor são as práticas de gestão participativa, menor é a média nas duas disciplinas e o contrário é percebido para o maior quartil.

Tabela 1- Fator Gestão Participativa segundo médias das proficiências em Português e Matemática

Fator Gestão Participativa	Média da proficiência em L. Portuguesa	Média da proficiência em Matemática
1º Quartil (mais baixo)	179,45	193,68
2º Quartil	188,51	203,62
3º Quartil	196,03	212,16
4º Quartil (mais alto)	202,61	219,55

Fonte: elaboração própria com os dados da Prova Brasil 2013.

As tabelas a seguir apresentam o fator Gestão Participativa segundo média da proficiência por grupos de NSE, atraso escolar e raça/cor. Apenas os resultados de Matemática foram selecionados para essa análise, devido ao limite de espaço deste trabalho. As mesmas tendências em Matemática podem ser vistas em Língua Portuguesa.

Na tabela 2, os grupos de NSE foram definidos dividindo-se a distribuição em terços. O primeiro terço refere-se ao grupo com NSE mais baixo, o segundo terço ao grupo com NSE médio, enquanto o terceiro terço refere-se ao grupo com NSE mais alto. Nota-se que o escore mais alto do fator Gestão Participativa está associado a médias mais altas em Matemática nos três grupos. Porém, a diferença entre o maior quartil do fator e o menor quartil é maior entre os alunos com NSE mais baixo.

Tabela 2 - Fator Gestão Participativa segundo média da proficiência em Matemática por grupo de NSE

Fator Gestão Participativa	Média da proficiência em Matemática por Grupo de NSE		
	Mais baixo	Médio	Mais alto
1º Quartil (mais baixo)	182,55	199,39	215,26
2º Quartil	189,30	206,96	222,67
3º Quartil	195,46	212,68	227,87
4º Quartil (mais alto)	202,13	218,29	231,97

Fonte: elaboração própria com os dados da Prova Brasil 2013.

Assim como a tabela 2, os dados descritivos da tabela 3 mostram uma associação positiva linear entre os quartis do fator gestão participativa e a

variável de atraso escolar. O atraso escolar representa “a diferença em anos entre a idade do aluno e a idade esperada para uma trajetória regular” (ALVES; XAVIER; SOARES et al, 2015, p.32). Na Prova Brasil 2013 os alunos do 5º ano do ensino que preencheram a idade correspondente a 11 anos ou menos de idade foram considerados regulares e os que responderam que tinham mais de 11 anos de idade foram considerados atrasados (idem, 2015).

Tabela 3- Fator Gestão Participativa segundo média proficiência em Matemática por atraso escolar

Fator Gestão Participativa	Média da proficiência em Matemática por Atraso Escolar	
	Sem atraso escolar	1 ou mais anos de atraso escolar
1º Quartil (mais baixo)	205,42	173,87
2º Quartil	214,10	180,50
3º Quartil	220,75	186,64
4º Quartil (mais alto)	226,30	192,03
4º Quartil – 1º Quartil	20,88	18,16

Fonte: elaboração própria com os dados da Prova Brasil 2013.

Conforme indicado na tabela 4 sobre fator Gestão Participativa segundo média da proficiência em Matemática por Raça/Cor, nota-se também uma associação positiva linear entre os quartis do fator e todos os grupos apresentados na tabela. Assim, para todos os grupos há um crescimento na média da proficiência em Matemática à medida que cresce os quartis.

Tabela 4- Fator Gestão Participativa segundo média da proficiência em Matemática por Raça/cor

Fator Gestão Participativa	Média da proficiência em Matemática por Raça/cor				
	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena
1º Quartil (mais baixo)	203,47	198,76	184,33	191,96	194,83
2º Quartil	214,88	207,57	192,42	202,16	206,23
3º Quartil	223,06	214,99	198,79	209,75	213,64
4º Quartil (mais alto)	228,60	222,51	206,17	218,59	220,20
4º Quartil – 1º Quartil	25,13	23,75	21,84	26,63	25,37

Fonte: elaboração própria com os dados da Prova Brasil 2013.

As tabelas indicam, portanto, a associação linear entre os quartis dos fatores analisados que indicam práticas de gestão democrática. Porém, os grupos de alunos sem atraso e da cor branca são os que mais se beneficiam dessas práticas.

Os resultados encontrados por meio das análises descritivas corroboram com a literatura sobre a importância de práticas de gestão participativas

associadas ao desempenho dos alunos, uma vez que as médias em Matemática e Língua Portuguesa dos alunos do 5º ano das escolas públicas brasileiras foram maiores para práticas de gestão com tendências mais participativas, embora a eleição não tenha aparecido associada aos valores mais altos de proficiências.

Os dados apontam ainda uma forte tendência no Brasil de indicação de gestores para o cargo, e a associação com as médias de proficiências apontam que este tipo de provimento menos democrático e participativo apresenta tendência de ter menor média. Paro (2003) acrescenta que a nomeação para o cargo de dirigente não possibilita o exercício da democracia na escola e favorece apenas aos interesses do indicado e de quem indica. Assim, os aspectos relacionados ao aprendizado e melhoria da qualidade do ensino podem ficar para segundo plano.

Os resultados obtidos sobre os Conselhos de Escola e de Classe apontam para a importância da frequência de reuniões na escola. Os Conselhos são importantes instrumentos de participação da comunidade e o conteúdo das reuniões pode significar muito para o desempenho dos alunos. Dessa forma, as discussões sobre metas educacionais, problemas de aprendizagem e intervenções pedagógicas e administrativas são fundamentais para a melhoria do padrão de qualidade.

Outro importante instrumento da concepção de gestão democrático-participativa abordado neste trabalho mostrou associação com as proficiências em Matemática e Português, a elaboração do Projeto Pedagógico. Os resultados corroboram com a literatura no sentido de que o documento é um norteador para as práticas na escola, sendo, portanto, importante para explicar os resultados acadêmicos dos alunos. As maiores médias foram associadas às formas de elaboração com mais participação da equipe escolar.

A utilização do fator Gestão Participativa como síntese de variáveis foi fundamental para compreender o crescimento do fator de acordo com os dados selecionados. Assim, os resultados mostraram uma associação linear positiva entre o fator e os grupos estudados. Maiores médias foram associadas aos escores de quartil mais alto do fator, porém observou-se que não houve diminuição das desigualdades entre grupos de NSE a partir das ações realizadas pela gestão.

As práticas de gestão estão associadas a médias mais altas, mas, somente elas, não reduzem as desigualdades entre os grupos sociais na escola. Assim, “[...] o sistema justo, ou menos injusto, não é o que reduz as desigualdades entre os melhores e os mais fracos, mas o que garante aquisições e competências vistas como elementares

para os alunos bons e menos favorecidos” (DUBET, 2004, p. 547).

Conclusão

A literatura nacional e internacional aponta fatores associados ao aprendizado ligados, principalmente, aos contextos sociais e familiares dos alunos, à organização da escola e práticas de gestão, aos recursos escolares, formação e salário docente, aspectos pedagógicos, além do clima escolar dentro do estabelecimento de ensino.

Em relação à organização e práticas de gestão escolar, a literatura indica a associação entre esses fatores e o aprendizado. Portanto, as diversas atribuições ligadas ao dirigente escolar vêm ao encontro com as demandas de padrão de qualidade e equidade e também à concepção de direção democrático-participativa, uma vez que a organização escolar e a gestão são essenciais para o aprendizado.

As evidências obtidas neste trabalho acrescentam à discussão sobre a importância da implantação de concepção democrático-participativa nas escolas. As ações no âmbito da gestão escolar têm associação com o aprendizado. A microparticipação nas instituições sociais é fundamental para o exercício da democracia e para a ampliação da práxis participativa para a macroparticipação (BORDENAVE, 1985). Como algo de direto de todos, que se aprende e se aperfeiçoa, “a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte de convivência democrática” (idem, 1985, p. 61).

Referências

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: MINTO et al. *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.

ALVES, M. T. G.; FRANCO, C. A pesquisa em eficácia escolar no Brasil: evidências sobre o efeito das escolas e fatores associados à eficácia escolar. In: N. BROOKE; J. F. SOARES (org.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 482-500.

ALVES, M. T. G.; XAVIER, F. P.; SOARES, J. F.; CALDEIRA, B. F.; BARBOSA, L. E. Exclusão intraescolar: as evidências da Prova Brasil sobre as desigualdades de aprendizado entre alunos das escolas públicas (2007 a 2013) – Relatório Técnico / Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (NUPEDE) para a UNESCO-Representação Brasil, 2015.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. S. Índice Socioeconômico das Escolas de Educação Básica Brasileiras. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v.22, n. 84. p. 671-703, 2014.

ANDRADE, J. M. de; LAROS, J. A. Fatores associados ao desempenho escolar: estudo

multinível com dados do SAEB/2001. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 23, n.1, p.33- 41, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação?* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BROOKE, N.; SOARES, J.F. (org.) *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CASASSUS, J. *A escola e a desigualdade*. 2. ed. Brasília: Líber Livro Editora, UNESCO, 2007.

DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.123, p. 539-555, set./dez. 2004.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIMA, S. A. S. da C. *Organização da escola e do ensino e atuação do diretor*. Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Goiás. Dissertação de mestrado, Goiânia, 1995.

LÜCK, H. *A escola participativa – o trabalho do gestor escolar*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

PARO, V. H. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PARO, V. H. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2003.

SOARES, T. M.; TEIXEIRA, L. H. G.; Efeito do perfil do diretor na gestão escolar sobre a proficiência do aluno. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 17, n. 34, p. 155-186, 2006.

SOUZA, A. R. de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009.